

OS OBSTÁCULOS DO POLICIAMENTO FEMININO NO COMANDO DA ACADEMIA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS ATRAVÉS DOS ANOS

THE OBSTACLES OF WOMEN IN POLICING IN THE COMMAND OF ACADEMY OF
THE MILITARY POLICE OF GOIÁS THROUGH THE YEARS

CAIADO, Andressa Oliveira ¹
DA SILVA, Sullyvan Garcia ²

RESUMO

A história nos mostra diferenças no campo de atuação de homens e mulheres quando o assunto é trabalho; apesar das lutas pela igualdade, ainda assim determinadas áreas preservaram-se voltadas ao público masculino. Dentro deste contexto encontra-se a área policial, principalmente a militar, que atualmente no estado de Goiás conserva apenas 10% de suas vagas voltadas à entrada de mulheres na corporação. Apesar do policiamento feminino em todo o país ter sido criado recentemente e com propósitos (explícitos ou não) mais “amenos” quando comparados ao serviço operacional típico, hoje as mulheres destacam-se em todos os campos possíveis de atuação policial militar. Entretanto, faz-se necessária uma análise das dificuldades enfrentadas por estas mulheres no caminho percorrido e dos anseios existentes dentro de uma instituição que, embora ofereça a oportunidade para o ingresso, ainda demonstra dificuldades na aceitação em determinadas funções.

Palavras-chave: policiamento feminino. Polícia Militar. PMGO.

ABSTRACT

Our history shows differences in the field of activity of men and women when we talk about work; despite the fights for equality, yet certain areas have been preserved directed to the male public. Inside this context we can find the police, the military one mainly, that actually, in the state of Goiás, preserves only 10% of its staff directed at women joining the Corporation. Although the female policing all around the country have been created recently and with more “tender” purposes (in a explicit form or not) when compared to the typical operating service, currently women stand out in all the possible fields of activity inside the police. However, an analysis of the difficulties faced by those women through the path and of the existing wishes inside an institution that offers opportunities to join, but shows difficulties in accepting in certain functions, is needed.

Keywords: women in policing. Military Police. PMGO.

¹ Bacharel em Biomedicina pela Universidade Federal de Goiás. Aluna do Curso de Formação de Praças da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM. andressacaiado@gmail.com; Goiânia – GO, março de 2018.

² Professor orientador. Físico e Mestre em Educação Física pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutorando em Educação Científica – Instituto de Química pela Universidade Nacional de Brasília. Lotado no Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM. sull.garcia@hotmail.com; Goiânia – GO, março de 2018.

1 INTRODUÇÃO

Divergências entre os sexos masculino e feminino dentro do campo de trabalho não são atuais; a profissionalização e atuação da mulher dentro de setores considerados “masculinos por essência” se deu através de luta e, ainda assim, são percebidas desigualdades na atualidade. Alguns seguimentos embora explicitem verbalmente condições de igualdade têm, em seu interior, obstáculos (muitas vezes velados) a serem rompidos pelo sexo feminino.

A polícia, desde sua criação e contrapondo a gramática, foi tida como masculina; segundo Moreira (2010), apenas a virilidade e a violência presente nos homens seriam capazes de alcançar resultados eficazes. Quando se abre espaço para a mulher na corporação, seu papel é imediatamente ligado aos pobres, às mulheres, aos idosos e aos “menores”, independentemente de suas posições dentro da atividade (vítimas/agressores), através de um discurso maternalista e com base na proposição de que “todas as mulheres nascem para serem mães”. De fato, através da necessidade de modernização da polícia – que passaria a buscar não ser vista mais apenas como truculenta e distante, mas sim como comunitária e próxima, – a mulher acabou se destacando com seu trato mais “humanitário” com estes seguimentos da sociedade. Adicionando-se a isto, foram também empregadas nas atividades internas e administrativas.

Enfrentados os preconceitos iniciais, muitas buscaram alçar novos voos, partindo para o policiamento preventivo, ostensivo e repressivo, lidando com a totalidade de situações que o policial operacional é capaz de lidar e, inclusive, participando de cursos de formação de unidades especializadas.

Poucos trabalhos estão disponíveis sobre a atuação policial feminina; pouca informação é divulgada acerca dos preconceitos ainda existentes, da dificuldade que a policial enfrenta ao ingressar na instituição e, principalmente, ao escolher atuações dentro da corporação historicamente relacionadas aos homens. Em Goiás, especificamente na Polícia Militar de Goiás, uma menor quantidade de informação acerca do perfil feminino na corporação está disponível, quando comparado a corporações de estados como São Paulo, por exemplo. Torna-se necessário então a realização de pesquisas e o levantamento do perfil dessas mulheres, das dificuldades que enfrentam e do espaço conquistado por elas através dos anos.

Este artigo visa justamente o suprimento destas informações, através da comparação, especificamente dentro do Comando da Polícia Militar do Estado de Goiás, do caminho tomado pelo policiamento feminino no Estado, da evolução no trato ao feminino durante os cursos de formação e dos tipos de relações profissionais construídas através dos

anos. Isto se dará através da realização de pesquisa de campo, que contará com um questionário previamente padronizado como ferramenta de obtenção de informações deste grupo de policiais femininas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

De acordo com Capelle e Melo (2010) a entrada mais expressiva de mulheres no mercado de trabalho está geralmente relacionada a períodos de crise (mundiais ou locais), a exemplo temos a Primeira Guerra Mundial, fase em que elas substituíram os postos de trabalho dos homens que foram convocados à guerra. Além disso, movimentos feministas por direito ao trabalho, à remuneração e ao voto e demais reivindicações sociais também contribuíram e contribuem para inserção da mulher no mercado.

Ao longo da história, mulheres e policiais foram consideradas categorias excludentes entre si; a construção do ser feminino ensejava uma exclusão na ideia de força, de combate, de ação e de virilidade (MOREIRA, 2009), enquanto o Estado e as organizações de poder deste, como as militares e as policiais, eram e são espaços ocupados majoritariamente por homens; seus símbolos e suas práticas, considerados como identificadores de masculinidade, associados à violência, à força e à coragem (SCHACTAE, 2010).

A Polícia Militar admitiu o ingresso de mulheres na organização há pouco tempo (CAPPELLE; MELO, 2010); na década de 1950 foi utilizado um discurso maternalista na construção do policiamento feminino (MOREIRA, 2010), primando, principalmente, pelo distanciamento das características consideradas viris e/ou masculinas (MOREIRA, 2010). O “Corpo de Policiamento Feminino” é criado em 1955, em São Paulo, e este era o primeiro grupo de mulheres no Brasil a exercer a atividade policial de forma oficial (MOREIRA, 2009), sua criação foi encabeçada por mulheres e homens intelectuais atuando na área do Direito, da Criminologia e da Medicina (MOREIRA, 2010).

Segundo Nascimento e Carvalho (2013), em 12 de maio de 1955, mais precisamente, o Decreto 24.548 instituiu na Guarda Civil o Corpo de Policiamento Especial Feminino no Estado de São Paulo, comandado por Hilda Macedo, tendo como função zelar pela proteção de jovens de mulheres vítimas e/ou agentes de violência, de idosos, e servindo, ainda, para representar a polícia em solenidades oficiais. Em 24 de dezembro de 1955, quinze mulheres militarmente perfiladas na Praça da Sé eram anunciadas por Jânio Quadros como presente para a cidade; eram as chamadas “bandeirantes da Polícia Feminina” (MOREIRA, 2011).

Posteriormente, já nos anos 1970, esse grupo foi integrado à recém-formada Polícia Militar do Estado de São Paulo; foi também a partir dos anos 1970 que as Polícias Militares de outras unidades da federação passaram a incorporar mulheres aos seus quadros de pessoal, o que em determinadas vezes foi feito de forma unificada nos quadros masculinos e em outras vezes não (ALVES et. al., 2013). Essa inserção feminina nas instituições militares estaduais coincidiu com a reabertura política e redemocratização nacional (NASCIMENTO; CARVALHO 2013).

De Souza (1999) demonstra que em Goiás, o ingresso de policiais femininas na corporação dá-se em 1986 (Tabela 1). Íris Rezende Machado, governador de Goiás à época, cria em 14 de janeiro de 1986 a Companhia de Polícia Militar Feminina através do Decreto-Lei nº 9.967 e por proposta do Comandante Geral da Polícia Militar do Estado, Cel PM Álvaro Alves Júnior. A turma inicial era composta por 99 soldados, que se formaram em 15 de agosto de 1986 para emprego exclusivo na atividade-fim da Corporação, se destacando mais no policiamento escolar e de trânsito. Posteriormente e com a finalidade de melhorar o rendimento da Cia. PM Fem, foram abertos concursos para Oficiais, Sargentos, Cabos e Soldados Femininos.

Com o aumento populacional no estado de Goiás e a necessidade de maior utilização do potencial feminino nas frentes de trabalho, a Cia. PM Fem foi elevada à categoria de Companhia Independente em 1991. A integração das policiais femininas dá-se apenas em 1994, quando ocorre a unificação do Quadro de Organização e Distribuição, criando o 13º Batalhão de Polícia Militar, que passou a congregar o efetivo feminino. Os quadros de policiais femininos são posteriormente extintos e seu efetivo distribuídos nas OPMs, adotando-se então o critério de 10% para ingresso na instituição.

A filosofia tradicional de policiamento é movida pelo espírito belicoso do Exército Nacional, por ideologias machistas, e trata a inserção das mulheres nos quadros de Polícias de uma forma muito limitada e com pouca visibilidade (CALAZANS, 2003).

A participação feminina nas polícias militares teria sido motivada por fatores internos, planejada pelos comandos e aplicada segundo as necessidades institucionais para uma “humanização” da polícia, mediante características femininas (docilidade, capacidade para o diálogo, etc); no entanto, a proposta focava muito mais os efeitos “cosméticos” e de *marketing* do que a transformação estrutural para a mudança institucional, e tais motivações nunca foram totalmente explicitadas. (SOARES; MUSUMECI, 2005).

Tabela 1 – Ingresso de mulheres nas Polícias Militares do Brasil (SOARES; MUSUMECI, 2005)

Unidade Federativa	Ano de Ingresso no Brasil
AC	1985
AL	1988
AM	1982
AP	1989
BA	Não informou
CE	1994
DF	1983
ES	1983
GO	1986
MA	1982
MG	1982
MS	Não informou
MT	Não informou
PA	Não informou
PB	1987
PE	1993
PI	Não informou
PR	1978
RJ	1982
RN	1987
RO	Não informou
RR	2000
RS	1986
SC	1983
SE	Não informou
SP	1959
TO	1986

Pelas palavras de Nascimento e Carvalho (2013) e esta pequena contextualização pode-se perceber que a autorização formal para o ingresso de mulheres nas forças policiais não garantiu sua real assimilação pela instituição e muito menos ainda consistiu numa política inclusiva para democratizar o acesso das mulheres a esses espaços, que até então eram reservados exclusivamente aos homens.

Apesar de com o passar do tempo as policiais femininas terem começado a serem empregadas tanto na atividade operacional quanto na atividade administrativa da corporação (CALAZANS, 2003), ainda contemporaneamente a assimilação feminina é cheia de desafios e resistências, sendo também condicionada por um leque de restrições, seja formal e explicitamente (como o próprio processo seletivo, que dedica apenas 10% das vagas ao contingente feminino), seja por meio de restrições implícitas e informais (como o “teto de vidro”, que inviabiliza o acesso das mulheres aos postos mais elevados da hierarquia policial) (SOUZA, 2011). Além disso, outros obstáculos se expressam nas relações cotidianas, como a rejeição de mulheres para o desempenho de determinadas atividades e a recusa de alguns policiais em trabalhar com mulheres (SOUZA, 2011).

Pesquisas sobre a participação feminina dentro do policiamento ostensivo são ainda raras no país e poucos estudos estão disponíveis, sendo que um número ainda menor aborda as relações entre os aspectos de formação nas academias de polícia, construção de gênero, constituições dessas mulheres em policiais e suas práticas cotidianas no policiamento ostensivo (CALAZANS, 2004). Então, desconhecemos o contingente de mulheres nas Polícias Militares do Brasil: quem são, o que as motivou a entrar nessa carreira, quais suas histórias de vida, que dificuldades e resistências enfrentam, que novas questões a sua presença coloca, assim como pouco sabemos da participação da instituição na constituição destas mulheres em policiais (CALAZANS, 2003).

3 METODOLOGIA

Para o alcance dos objetivos deste trabalho será realizada uma pesquisa quantitativa através da aplicação de questionário em modelo único às profissionais de segurança pública pertencentes à Polícia Militar de Goiás, tanto já formadas quanto recém ingressadas no Curso de Formação de Praças e no Curso de Formação de Oficiais, ambos iniciados em 2017, e que

estão ou estiveram lotadas no Comando da Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás - CAPM.

Tal pesquisa objetivará a coleta de dados relacionados ao perfil profissional dessas mulheres, à motivação inicial que as levou a ingressarem na Corporação, às suas experiências durante a formação e às relações de trabalho desenvolvidas para posterior comparação entre a evolução dos perfis da “policia militar feminina” em Goiás e as situações vivenciadas por elas através dos anos.

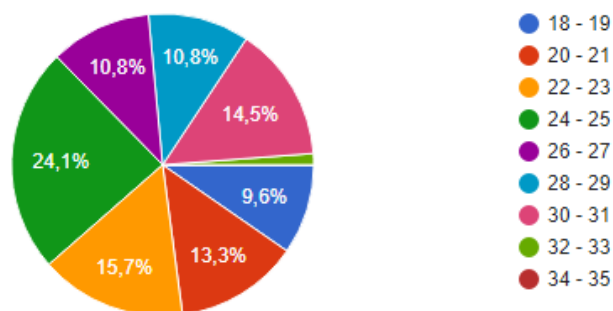
Para a preservação da imagem das policiais que se dispuserem a participar da pesquisa os questionários serão em formato digital, com preenchimento realizado de forma objetiva através do Google Formulários; serão compostos por perguntas de múltipla escolha e a distribuição ocorrerá por meios eletrônicos. Além disso, não conterão campos destinados a informações pessoais que possibilitem posterior identificação destas pessoas, garantindo o anonimato.

A amostra utilizada será de 80 policiais femininas e sua escolha feita de forma aleatória, priorizando a distribuição entre as faixas etárias e os anos de ingresso para um resultado que envolva diferentes fases do policiamento feminino em Goiás.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para os propósitos deste trabalho foi aplicado o questionário (anexo I) a 80 (oitenta) policiais femininas com formação pelo Comando da Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás formadas entre os anos de 1986 e 2016 e atualmente em formação pelos Cursos de Formação de Praças e Oficiais iniciados em 2017.

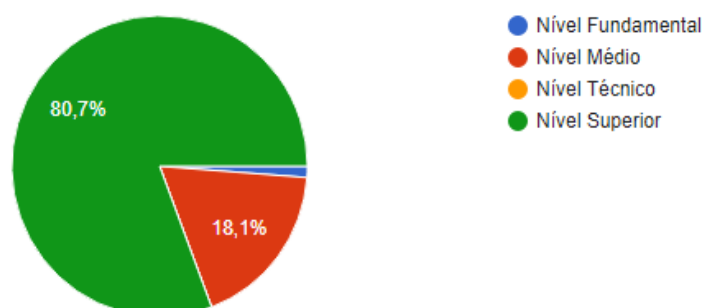
Foi observada uma grande variedade na idade de ingresso destas na Corporação; nota-se uma maior concentração entre as idades de 22 a 25 anos, que somam 39.8% (Figura 1) da amostra; dos 32 aos 35 anos a entrada de mulheres na Polícia Militar de Goiás é pouco expressiva.

Figura 1. Idade de ingresso na PMGO

N=80

Fonte: próprio Autor (2018)

80,7% (Figura 2) da amostra declara ensino superior à época do ingresso, corroborando com as idades registradas e demonstrando uma alta qualificação e capacitação das policiais femininas. O número é alto, tendo em vista que é maior o número de praças em relação ao de oficiais e que a PMGO passou a exigir bacharelado/licenciatura para a entrada no Curso de Formação de Praças apenas em 2010.

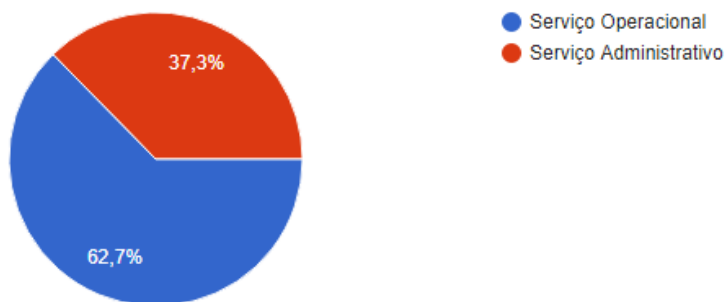
Figura 2. Escolaridade à época do ingresso

N=80

Fonte: próprio Autor (2018)

O serviço operacional motivou 62,7% da amostra a entrar na Corporação, porém, 60,3% declarou dificuldades na realização do mesmo. 15,7% devido à natureza do serviço, os outros 44,6% associaram a dificuldade observada ao companheiro de equipe, tendo em vista que o patrulhamento e qualquer outro serviço de área realizado pela PMGO necessita de, no mínimo, 02 policiais atuando conjuntamente (Figuras 3 e 4).

Figura 3. Motivação para o ingresso na Corporação



N=80

Fonte: próprio Autor (2018)

Figura 4. Dificuldades na realização do serviço operacional

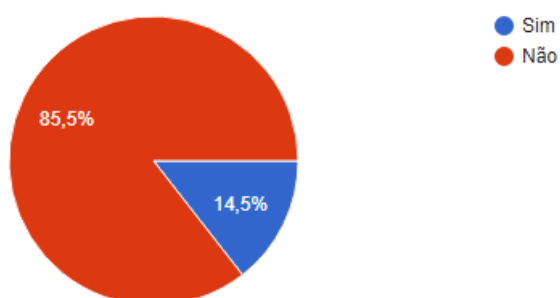


N=80

Fonte: próprio Autor (2018)

Uma pequena formação em cursos especializados operacionais foi registrada; apenas 14,5% da amostra declara possuir algum (Figura 5).

Figura 5. Formação em Curso Especializado Operacional

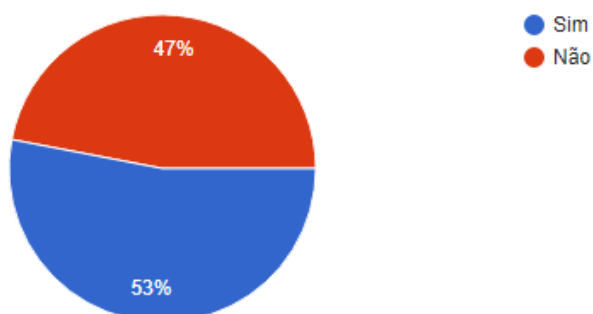


N=80

Fonte: próprio Autor (2018)

O assédio foi outro tema abordado na pesquisa.

Figura 6. Vítimas de assédio moral

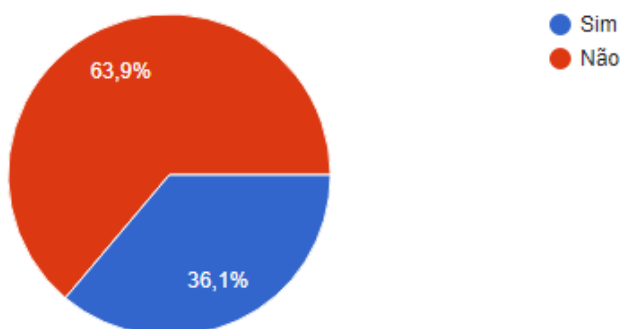


N=80

Fonte: próprio Autor (2018)

53% da amostra declara já ter sofrido assédio moral, enquanto um número menor (mas ainda assim alto), 36,1%, declara ter sido vítima de assédio sexual (Figuras 6 e 7).

Figura 7. Vítimas de assédio sexual



N=80

Fonte: próprio Autor (2018)

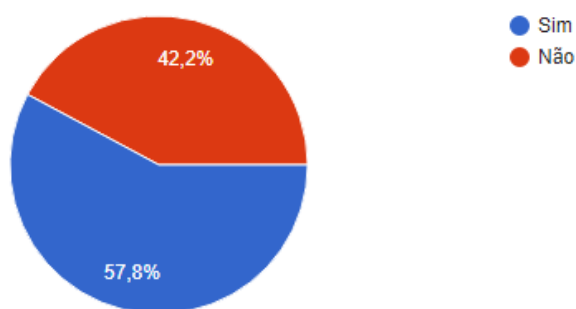
Através dos dados obtidos podemos notar que, embora uma parcela maior de mulheres seja motivada a entrar na instituição por admiração ao serviço operacional realizado pela Polícia Militar do Estado de Goiás, este ainda é um problema prático existente na corporação. Após 32 anos de existência da figura da policial feminina no estado, quase metade da amostra pesquisada (44,6%) acredita ser o parceiro o grande dificultador do exercício da função operacional.

Não é segredo que instituições militares tendem a atrair um público mais conservador, e, neste sentido, carregado de certos preconceitos; somando-se a isto falamos aqui de um meio predominantemente masculino e que incluiu a mulher em seu quadro há pouco tempo. Tais fatores somados à aprendizagem do serviço operacional – que requer que uma aluna soldado (Al Sd) ou uma cadete (Cad) – trabalhe com policiais incluídos há mais tempo nos quadros da polícia e que, muitas vezes, são pessoas com idade mais avançada, contribuem para que essas mulheres tenham contato com uma mentalidade resistente à atuação feminina nas ruas.

Em contrapartida, um número expressivo de mulheres (15,7%) ainda considera que a natureza do serviço operacional é um complicador de sua execução. É fato que exige-se não só da mulher, como também do homem, um preparo diferenciado para sua boa realização: psicológico e físico. Importante se faz nesse processo que os cursos de formação mostrem aos alunos desde o início o que será necessário para seu bom desempenho para que seja analisado se possuem a compatibilidade necessária. Para as mulheres o processo é um pouco mais árduo; frequentemente associadas e com traços físicos que remetem ao “feminino” e “delicado”, muitas vezes precisam de uma mudança mais profunda para conseguirem o respeito necessário ao seu comando nas ruas. A mentalidade conservadora não está presente apenas no interior da instituição, mas também nos abordados, nos delinquentes, e, se fazer respeitar pode exigir uma mudança comportamental, que é, por grandes exemplos que temos, perfeitamente exequível.

Notável é o reflexo destas situações na procura pela especialização da mulher dentro da operacionalidade. Embora com durações menores em relação aos cursos básicos de formação, os alunos são levados ao extremo cansaço físico e mental em poucos dias. As Unidades Especializadas preservam em seu interior um enorme conservadorismo e ainda são campos a serem desbravados pelas mulheres; embora algumas unidades se mostrem mais receptivas, muitas, embora não expressamente, deixam evidenciar a resistência em aceitar policiais femininas em seu interior. Mesmo nos Cursos de Formação básicos de praças e oficiais, 57,8% das mulheres pesquisadas declaram terem sentido resistências durante a realização dos mesmos (Figura 8).

Figura 8. Resistência à mulher durante a realização do Curso de Formação



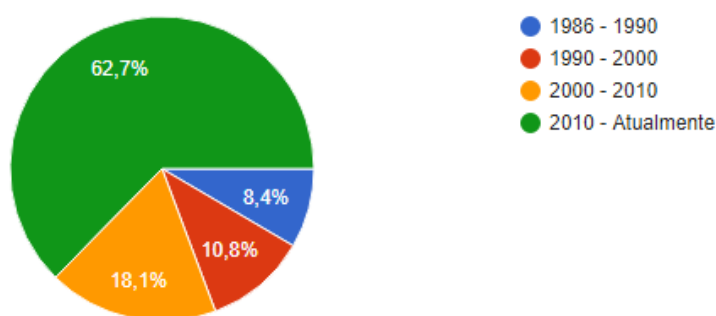
N=80

Fonte: próprio Autor (2018)

Assédio é tema a ser discutido em qualquer ambiente de trabalho e, em uma instituição com um quantitativo feminino tão inferior e dentro de moldes tão rígidos de hierarquia e disciplina, torna-se mais do que obrigatória a discussão sobre o tema.

Como apresentado anteriormente uma grande parcela da amostra pesquisada declarou ter sofrido algum tipo de assédio. O assédio moral se caracteriza com a exposição do subordinado a situações constrangedoras e humilhantes; trata-se de violência psicológica. É fácil inferir as possíveis causas de tais condutas dentro da caserna: temos aqui Instituição com certas resistências à atuação feminina e que possui uma relação de subordinação não só funcional, mas também hierárquica. É claro que o assédio moral não está restrito à mulher e a temas que a envolvam, mas tais condições podem e são algumas vezes propícias e estimuladoras da ocorrência dessa situação.

Já o assédio sexual está relacionado a coerções de caráter sexual, que podem, ou não, envolver contato físico. Este sim está mais frequentemente associado à mulher, e, dentro da pesquisa aqui realizada, demonstrou uma incidência menor em relação ao assédio moral. Os 36,1% registrados (Figura 7) que declaram ter sofrido este tipo de assédio superam a porcentagem de mulheres pesquisadas que entraram na PMGO antes dos anos 2000, que foi de 19,2%, demonstrando a recorrência e persistência deste tipo de conduta nas últimas duas décadas.

Figura 9. Ano de ingresso na PMGO

N=80

Fonte: próprio Autor (2018)

5 CONCLUSÃO

Apesar dos já existentes 32 anos de presença feminina dentro da Polícia Militar do Estado de Goiás e da incessante luta das mulheres por igualdade em todos os segmentos da sociedade (e que não se restringe a este estado ou a este país), o que se nota é que muito ainda há que se melhorar. Através dos resultados aqui obtidos torna-se evidente, graças aos altos índices registrados neste questionário, que as policiais femininas ainda encontram dificuldades dentro da carreira militar.

Independente se optam por um serviço administrativo ou operacional, já no ingresso, durante a realização do Curso de Formação – período no qual o contato se faz maior com o lado operacional, lado este que teve um enfoque maior nesta pesquisa justamente por conter as características normalmente consideradas masculinas –, muitas sentem dificuldades de aceitação, sejam pelos instrutores ou pelos próprios colegas ali presentes. Tal problema não se restringe ao período de formação: muitas daquelas que persistiram exercendo funções operacionais declararam aqui que estas dificuldades prolongaram-se na carreira. O resultado deste cenário é notado nas especializações: um baixo número de policiais femininas buscou formação em cursos operacionais especializados.

Um segundo aspecto relevante diz respeito às relações de trabalho entre homens e mulheres dentro deste ambiente que é majoritariamente preenchido por homens. Talvez pela associação involuntária, característica de nossa cultura, entre mulheres e o “delicado” e “emocional”, consideradas muitas vezes incapazes de reações agressivas e vulneráveis, o

ambiente ainda é propício para a ocorrência dos mais variados tipos de assédio, confirmados aqui pela alta porcentagem registrada no questionário.

Infelizmente, o que se nota é que esses 32 anos ainda não foram suficientes para uma completa igualdade no trato entre homens e mulheres dentro da Polícia Militar de Goiás. Muito ainda há que se mudar, e para isso faz-se necessário o posicionamento firme destas policiais femininas, além da busca incessante da eliminação de quaisquer situações que propiciem o surgimento de desigualdades ou que discriminem estas profissionais de determinados ambientes/funções.

REFERÊNCIAS

ALVES, Gledson Lima et al. **Mulheres nas Instituições de Segurança Pública: Estudo Técnico Nacional**. Brasília – DF: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2013.

CALAZANS, Márcia Esteves de. **A Constituição de Mulheres em Policiais: Um Estudo Sobre Policiais Femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul**. 127f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CALAZANS, Márcia Esteves de. **Mulheres no Policiamento Ostensivo e a Perspectiva de uma Segurança Cidadã**. São Paulo em Perspectiva, p. 142-150, v. 18, n. 1, São Paulo, 2004.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. **Mulheres Policiais, Relações de Poder e de Gênero na Polícia Militar de Minas Gerais**. Revista de Administração Mackenzie, p. 71-99, v. 11, n. 3, São Paulo, 2010.

DE SOUZA, Cibeli. **O Anhanguera: História da Polícia Militar de Goiás**. Goiânia: Polícia Militar de Goiás, 1999.

MOREIRA, Rosemeri. **A Participação de Mulheres na Construção da “Polícia Feminina no Brasil – 1940/1950**. 7f. I Jornada CINIG de Estudios de Género Y Feminismos, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

MOREIRA, Rosemeri. **O Discurso Maternalista e a Construção da “Polícia Feminina”: Dominação Simbólica, Negociação ou Resignificação?** 13f. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

MOREIRA, Rosemeri. **Sobre Mulheres e Polícias: A Construção do Policiamento Feminino em São Paulo (1955-1964).** 127f. Tese (Doutorado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

NASCIMENTO, Iris Oliveira do; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Gênero e Competências de Soldados: Inclusão de Mulheres na Segurança Pública.** 10f. Paraíba, 2013.

SCHACTAE, Andréa Mazurok. **Vestindo a Farda: A Identidade da Mulher Militar na Polícia Feminina no Paraná em 1977.** 13f. Dissertação (Doutorado) – Curso de História, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2010.

SOARES, Bárbara M.; MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres Policiais: Presença Feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 (Coleção Segurança e Cidadania, 1).

SOUZA, Marcos Santana de. **Novos Espaços do Feminino: Trabalho, Gênero e Corporações Militares no Brasil.** Rev. Sociais e Humanas, p. 133-147, v. 24, n. 2, Santa Maria – RS, 2011.